CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Acórdão: 5.948/25/CE Rito: Ordinário
PTA/AI: 01.003713934-16
Recurso de Revisão: 40.060158994-08, 40.060158995-72 (Coob.), 40.060158996-53 (Coob.)
Recorrente: Distribuidora Reis das Carnes Ltda
IE: 003758382.00-30
Lucas Rodrigues da Cunha (Coob.)
CPF: 033.855.426-26
Túlio Rodrigues da Cunha (Coob.)
CPF: 766.256.486-04
Recorrido: Fazenda Pública Estadual
Coobrigado: Chrystian Venâncio da Silva
CPF: 104.088.016-97
Proc. S. Passivo: JORGE VINÍCIUS SALATINO DE SOUZA
Origem: DF/Uberlândia

EMENTA

RECURSO DE REVISÃO - NÃO CONHECIMENTO - DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. Não comprovada a divergência jurisprudencial prevista no art. 163, inciso II do Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos - RPTA, não se configurando, por conseguinte, os pressupostos de admissibilidade para o recurso.

Recursos de Revisão não conhecidos à unanimidade.

RELATÓRIO

A autuação versa sobre o aproveitamento indevido de crédito presumido do imposto contido no art. 75, inciso IV, do RICMS/02, em razão da não observância dos requisitos previstos no § 2º, inciso I do mesmo dispositivo regulamentar, quais sejam: anotação da opção no livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrência (RUDFTO) do estabelecimento e comunicação à Administração Fazendária (AF) a que estiver circunscrito o Contribuinte.

Os valores indevidamente apropriados foram escriturados como “outros créditos”, lançados no campo 71 da Declaração de Apuração e Informação do ICMS – DAPI, no período de julho de 2020 a fevereiro de 2021, e como “crédito presumido”, lançados no campo 67 da Declaração de Apuração e Informação do ICMS – DAPI, no período de março de 2021 a dezembro de 2022.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Exigências de ICMS, Multa de Revalidação capitulada no art. 56, inciso II e Multa Isolada prevista no art. 55, inciso XXVI, ambos da Lei nº 6.763/75.

Foram eleitos para o polo passivo da obrigação tributária o sócio-administrador da Autuada, o Sr. Lucas Rodrigues da Cunha, e o sócio de fato, Sr. Túlio Rodrigues da Cunha, com fulcro no art. 135, inciso III do Código Tributário Nacional - CTN e art. 21, § 2º, inciso II da Lei nº 6.763/75, pelos atos praticados com excesso de poderes ou infração à lei, bem como o contabilista, com fulcro no art. 21, § 3º da citada lei.

A 3ª Câmara de Julgamento, em decisão consubstanciada no Acórdão nº 25.146/25/3ª, em preliminar, à unanimidade, indeferiu o pedido de perícia. No mérito, à unanimidade, julgou parcialmente procedente o lançamento para excluir o Coobrigado/Contabilista, nos termos do parecer da Assessoria do CCMG.

Inconformados, a Autuada e os Coobrigados interpõem, tempestivamente e por procurador regularmente constituído, Recursos de Revisão anexos aos autos, com o mesmo teor e acórdãos paradigmas.

Afirmam que a decisão recorrida revela-se divergente das decisões proferidas nos seguintes Acórdãos indicados como paradigmas de nºs 22.072/19/2ª, 24.690/23/3ª, 23.787/21/1ª, 23.449/23/2ª, 24.649/24/1ª, 24.805/24/3ª e 24.806/24/3ª.

Requerem, ao final, o conhecimento e provimento dos Recursos de Revisão.

A Assessoria do CCMG, em Parecer apenso aos autos do E-Pta (págs. 670/694), opina em preliminar, pelo não conhecimento dos Recursos de Revisão e, quanto ao mérito, pelo não provimento deles.

DECISÃO

Os fundamentos expostos no parecer da Assessoria do CCMG foram os mesmos utilizados pela Câmara para sustentar sua decisão e por essa razão passam a compor o presente Acórdão, salvo pequenas alterações.

Superada a condição de admissibilidade referente ao rito processual, capitulada no inciso II do art. 163 do Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos (RPTA), aprovado pelo Decreto nº 44.747/08, cumpre verificar o atendimento, também, da segunda condição estatuída no citado dispositivo normativo, relativa à divergência jurisprudencial.

Para efeito de se avaliar a admissibilidade do Recurso, deve-se ressaltar que essa espécie de Recurso de Revisão tem como pressuposto de cabimento a existência de decisões divergentes quanto à aplicação da legislação tributária, sobre a mesma matéria e em circunstâncias/condições iguais, proferidas pela mesma ou por outra Câmara de Julgamento deste Órgão Julgador.

Nesse sentido, o objetivo buscado pelo Órgão Julgador é o da uniformização das decisões, evitando que as Câmaras decidam de forma diferente sobre determinada matéria.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Os Recorrentes sustentam que a decisão recorrida revela-se divergente das decisões proferidas nos Acórdãos n^{os} 22.072/19/2^a, 24.690/23/3^a, 23.787/21/1^a, 23.449/23/2^a, 24.649/24/1^a, 24.805/24/3^a e 24.806/24/3^a.

Registra-se que as decisões consubstanciadas nos Acórdãos indicados como paradigmas de n^{os} 24.690/23/3^a, 23.787/21/1^a, 23.449/23/2^a, 24.649/24/1^a, 24.805/24/3^a e 24.806/24/3^a encontram-se aptas para serem analisadas quanto ao cabimento do Recurso, tendo em vista que notoriamente publicadas há menos de 05 (cinco) anos da publicação da decisão recorrida (ocorrida em 27/02/25), considerando-se a previsão constante no inciso I do art. 165 do RPTA.

Contudo, no tocante ao Acórdão indicado como paradigma de n^o 23.449/23/2^a, tem-se que referida decisão foi reformada pela Câmara Especial deste Conselho, conforme se verifica no Acórdão n^o 5.745/23/CE, no aspecto abordado no presente recurso (exclusão do sócio-administrador do polo passivo da obrigação tributária) ficando, portanto, prejudicada a análise para fins de cabimento do presente recurso, nos termos do art. 90, inciso II, do Regimento Interno do CCMG, aprovado pelo Decreto n^o 48.361/22. Confira-se:

ACÓRDÃO INDICADO COMO PARADIGMA DE N^o 23.449/23/2^a

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA – SÓCIO - ELEIÇÃO ERRÔNEA. EXCLUSÃO DOS SÓCIOS-ADMINISTRADORES DO POLO PASSIVO, UMA VEZ QUE NÃO RESTOU COMPROVADO QUE O CRÉDITO CORRESPONDENTE À OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA DECORREU DE ATOS PRATICADOS COM EXCESSO DE PODERES OU INFRAÇÃO A LEI, CONTRATO SOCIAL OU ESTATUTO NOS TERMOS DO ART. 135, INCISO III DO CTN C/C ART. 21, § 2^o, INCISO II DA LEI N^o 6.763/75.

(...)

ACÓRDÃO: 5.745/23/CE RITO: ORDINÁRIO

PTA/AI: 01.001134170-70

RECURSO DE REVISÃO: 40.060156359-82

RECORRENTE: 2^a CÂMARA DE JULGAMENTO

(...)

EMENTA

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA – SÓCIO - COMPROVAÇÃO DO PODER DE GERÊNCIA - CORRETA ELEIÇÃO. MANTIDOS OS SÓCIOS-ADMINISTRADORES NO POLO PASSIVO DO LANÇAMENTO, UMA VEZ QUE RESTOU COMPROVADO QUE O CRÉDITO CORRESPONDENTE À OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA DECORREU DE ATOS PRATICADOS COM EXCESSO DE PODERES OU INFRAÇÃO A LEI, CONTRATO SOCIAL OU ESTATUTO NOS TERMOS DO ART. 135, INCISO III DO CTN C/C ART. 21, § 2^o, INCISO II DA LEI N^o 6.763/75. **DECISÃO REFORMADA.**

(...)

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

RECURSO DE REVISÃO CONHECIDO À UNANIMIDADE E PROVIDO POR MAIORIA DE VOTOS.

Regimento Interno do CCMG, aprovado pelo Decreto nº 48.361/22

Art. 90 - Relativamente ao Recurso de Revisão interposto com fundamento no inciso II do caput do art. 89, será observado o seguinte:

(...)

II - não será conhecido se versar sobre questão consubstanciada em acórdão paradigma, reformado em caráter definitivo ou se versar, exclusivamente, sobre:

(...)

Já as decisões consubstanciadas nos Acórdãos nºs 23.787/21/1ª e 24.649/24/1ª são irrecorríveis na esfera administrativa, encontrando-se aptas a serem analisadas quanto aos pressupostos de admissibilidade do presente recurso.

No tocante aos Acórdãos de nºs 24.690/23/3ª, 24.805/24/3ª e 24.806/24/3ª, não obstante fossem decisões recorríveis, elas tornaram-se definitivas em razão da não apresentação de recursos, logo, aptas a serem analisadas quanto aos pressupostos de admissibilidade do presente recurso.

Em relação à decisão consubstanciada no Acórdão paradigmático nº 22.072/19/2ª (decisão irrecorrível na esfera administrativa), constata-se que ela também se encontra apta para ser analisada quanto ao cabimento do Recurso, não obstante ter sido publicada há mais de 05 (cinco) anos da publicação da decisão recorrida ocorrida em 27/02/25. Isso porque referida decisão foi objeto de Pedidos de Retificação interpostos pela Autuada e pela Câmara de Julgamento, os quais foram admitidos, uma vez atendido o disposto no § 2º do art. 180 - A da Lei nº 6.763/75.

Dando provimento apenas ao Pedido de Retificação interposto pela Câmara, a decisão paradigma (Acórdão nº 22.072/19/2ª) foi complementada pela 2ª Câmara de Julgamento, conforme verifica-se no Acórdão nº 22.768/21/2ª (publicação 30/09/21), publicada há menos de 05 anos da decisão recorrida, cuja ementa destaca-se:

PEDIDO DE RETIFICAÇÃO - NÃO PROVIDO – (...)

RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

PEDIDO DE RETIFICAÇÃO -
COMPLEMENTAÇÃO/ALTERAÇÃO DOS FUNDAMENTOS
DO ACÓRDÃO - ALTERAÇÃO DA CONCLUSÃO DO
JULGAMENTO ANTERIOR. DEMONSTRADO NO RECURSO DA
CÂMARA A OCORRÊNCIA DE OMISSÃO QUANTO À ANÁLISE DE
INFRAÇÕES CONSTANTES DO LANÇAMENTO, NÃO DECIDIDAS
PELA CÂMARA DE JULGAMENTO. DE ACORDO COM O ART. 180 –
A DA LEI Nº 6.763/75, A DECISÃO ANTERIOR DEVE SER
COMPLEMENTADA EM RELAÇÃO ÀS SEGUINTE OCORRÊNCIAS: 1)
02.004.999 - CRÉDITOS / OUTROS CRÉDITOS; 2) 02.014.999 -
APURAÇÃO ICMS ESTORNO DE DÉBITOS; 3) 02.023.003 -
APURAÇÃO ICMS DÉBITOS NAS SAÍDAS; E 4) 02.024.999 -

PREENCHIMENTO INCORRETO DE DOCUMENTOS FISCAIS. OS FUNDAMENTOS CONSTANTES DESTES ACÓRDÃO PASSAM A INTEGRAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO ANTERIOR E TÊM EFEITO MODIFICATIVO EM RELAÇÃO À DECISÃO RECORRIDA, CUJA CONCLUSÃO É PELA PROCEDÊNCIA PARCIAL DO LANÇAMENTO, PARA EXCLUIR, APENAS, A OCORRÊNCIA 02.004.009 DA IRREGULARIDADE 1 DO LANÇAMENTO.

CRÉDITO TRIBUTÁRIO – DECADÊNCIA. NOS TERMOS DO ART. 173, INCISO I DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, O PRAZO DECADENCIAL APLICÁVEL AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO É DE 5 (CINCO) ANOS CONTADOS A PARTIR DO PRIMEIRO DIA DO EXERCÍCIO SEGUINTE ÀQUELE EM QUE O LANÇAMENTO PODERIA SER EFETUADO. NO CASO DOS AUTOS, NÃO SE ENCONTRA DECAÍDO O DIREITO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL DE FORMALIZAR O CRÉDITO TRIBUTÁRIO.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO/CARGA - CRÉDITO DE ICMS – APROVEITAMENTO INDEVIDO – OUTROS CRÉDITOS. CONSTATADO APROVEITAMENTO INDEVIDO DE CRÉDITOS DE ICMS, EM FACE DE ESCRITURAÇÃO RELATIVA A OUTROS CRÉDITOS – OCORRÊNCIA 02.004.999 (DIFERENÇAS ENTRE OS ESTORNOS DE CRÉDITOS ORIUNDOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS INICIADOS EM OUTRAS UFs). EXIGE-SE ICMS, MULTA DE REVALIDAÇÃO PREVISTA NO ART. 56, INCISO II E MULTA ISOLADA CAPITULADA NO ART. 55, INCISO XXVI, AMBOS DA LEI Nº 6.763/75. INFRAÇÃO CARACTERIZADA.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO/CARGA - RECOLHIMENTO A MENOR DO ICMS. CONSTATADA A FALTA DE PAGAMENTO DE ICMS EM FACE DE DIFERENÇA EM RELAÇÃO AOS ESTORNOS DE DÉBITOS DEVIDOS. EXIGE-SE ICMS, MULTA DE REVALIDAÇÃO PREVISTA NO ART. 56, INCISO II DA LEI Nº 6.763/75 E MULTA ISOLADA CAPITULADA NO ART. 54, INCISO VI DA LEI Nº 6.763/75, C/C ART. 215, INCISO VI, ALÍNEA “F” DO RICMS/02. CRÉDITO TRIBUTÁRIO REFORMULADO PELO FISCO. INFRAÇÃO REMANESCENTE CARACTERIZADA.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO/CARGA - FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS. CONSTATADA A FALTA DE CONSIGNAÇÃO DE BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTA DO IMPOSTO, DEIXANDO DE RECOLHER O ICMS DEVIDO. EXIGE-SE ICMS, MULTA DE REVALIDAÇÃO PREVISTA NO ART. 56, INCISO II DA LEI Nº 6.763/75 E MULTA ISOLADA CAPITULADA NO ART. 54, INCISO VI DA LEI Nº 6.763/75, C/C ART. 215, INCISO VI, ALÍNEA “F” DO RICMS/02. CRÉDITO TRIBUTÁRIO REFORMULADO PELO FISCO PARA EXIGÊNCIA DA MULTA ISOLADA CAPITULADA NO ART. 55, INCISO XXVII DA LEI Nº 6.763/75. INFRAÇÃO CARACTERIZADA.

OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA - EMISSÃO IRREGULAR DE DOCUMENTO FISCAL - FALTA DE INDICAÇÃO/REQUISITO. CONSTATADA A EMISSÃO DE CTRCS

COM INFORMAÇÃO INCORRETA QUANTO AO CFOP. INFRAÇÃO CARACTERIZADA. MANTIDA A EXIGÊNCIA DA MULTA ISOLADA CAPITULADA NO ART. 54, INCISO VI DA LEI Nº 6.763/75 C/C ART. 215, INCISO VI, ALÍNEA "F" DO RICMS/02. ACIONADO O PERMISSIVO LEGAL PARA REDUZIR A MULTA ISOLADA DO ART. 54, INCISO VI DA LEI Nº 6.763/75 PARA ESTA OCORRÊNCIA A 70% (SETENTA POR CENTO) DO SEU VALOR, NOS TERMOS DO ART. 53, § 3º DA LEI Nº 6.763/75, FICANDO A REDUÇÃO CONDICIONADA A QUE SEJA SANADA A IRREGULARIDADE E EFETUADO O PAGAMENTO INTEGRAL NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, CONTADO DA PUBLICAÇÃO DA DECISÃO IRRECORRÍVEL DO ÓRGÃO JULGADOR ADMINISTRATIVO.

DECADÊNCIA NÃO RECONHECIDA. RECURSO DA CÂMARA CONHECIDO E P//ROVIDO. DECISÕES UNÂNIMES.

Nesse sentido, considerando que a decisão consubstanciada no Acórdão 22.768/21/2ª (publicação 30/09/21) complementou a decisão contida no Acórdão nº 22.072/19/2ª, conclui-se apta para fins de análise quanto ao cabimento do presente recurso.

Ademais, informa-se que no aspecto abordado no recurso (aplicação do disposto no art. 106, II, "a" do CTN, quanto ao limitador da Penalidade Isolada) não sofreu alteração o Acórdão nº 22.072/19/2ª.

Passa-se à análise dos Acórdãos indicados como paradigmas válidos para tal mister.

Acórdãos indicados como paradigmas de nºs 22.072/19/2ª, 24.690/23/3ª e 23.787/21/1ª.

Noticiam os Recorrentes que serão apresentados acórdãos paradigmas em decisões tomadas quanto à utilização do crédito presumido nos termos do art. 75, inciso IV, § 2º, inciso I, Parte Geral, RICMS/02, especialmente em relação ao art. 106, inciso II do CTN.

São reproduzidas as ementas das decisões paradigmas retro:

ACÓRDÃO Nº 24.690/23/3ª

EMENTA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - RETENÇÃO E RECOLHIMENTO A MENOR DE ICMS/ST - PROTOCOLO/CONVÊNIO. CONSTATADA A RETENÇÃO E RECOLHIMENTO A MENOR DE ICMS/ST, DEVIDO PELA AUTUADA, INSCRITA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTE DO ICMS DESTA ESTADO, ESTABELECIDO EM MARINGÁ/PR, QUE POR FORÇA DOS PROTOCOLOS ICMS NºS 192/09 E 16/11, ESTÁ OBRIGADA A RETER E RECOLHER O ICMS/ST NA SAÍDA DE MERCADORIAS (DO TIPO PROCESSADOR) PARA CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS, NA CONDIÇÃO DE SUBSTITUTA TRIBUTÁRIA, NOS TERMOS DOS ARTS. 12 E 13 E 46 DA PARTE 1 DO ANEXO XV DO RICMS/02. EXIGÊNCIAS DE ICMS/ST, MULTA DE REVALIDAÇÃO CAPITULADA NO ART. 56, INCISO II C/C § 2º, INCISO I E MULTA ISOLADA PREVISTA NO ART. 55, INCISO VII, ALÍNEA "C" C/C § 6º E 7º DO ART. 53, TODOS DA LEI Nº 6.763/75.

(...)

EXCLUÍDA A MAJORAÇÃO DA MULTA ISOLADA EM RAZÃO DA REINCIDÊNCIA, NOS TERMOS DO ART. 106, INCISO II, ALÍNEA "A" DO CTN, TENDO EM VISTA A REVOGAÇÃO, PELO ART. 79, INCISO I, ALÍNEA "E" DA LEI Nº 22.549/17, DOS DISPOSITIVOS DA LEI Nº 6.763/75 (ART. 53, §§ 6º E 7º) QUE PREVIAM A REFERIDA MAJORAÇÃO, BEM COMO DEVENDO SER OBSERVADA A NOVA REDAÇÃO DO INCISO I DO ART. 55 DA LEI Nº 6.763/75, DADA PELA LEI Nº 22.796/17. (GRIFOS ACRESCIDOS)

LANÇAMENTO PARCIALMENTE PROCEDENTE. DECISÃO PELO VOTO DE QUALIDADE.

ACÓRDÃO Nº 22.072/19/2ª

EMETA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO/CARGA - CRÉDITO DE ICMS - APROVEITAMENTO INDEVIDO - APURAÇÃO POR DÉBITO/CRÉDITO - FALTA DE REGIME ESPECIAL. IMPUTAÇÃO DE APURAÇÃO DO ICMS PELO SISTEMA DE DÉBITO/CRÉDITO, EM DESACORDO COM O PREVISTO NO ART. 75, INCISO XXIX, ALÍNEA "A", PARTE GERAL DO RICMS/02, QUE ESTABELECE O CRÉDITO PRESUMIDO. COM A REFORMULAÇÃO DO LANÇAMENTO, ADOTANDO O REGIME DE DÉBITO/CRÉDITO E APURANDO O CRÉDITO DE ICMS COM BASE NA PROPORCIONALIDADE DAS OPERAÇÕES TRIBUTADAS, CONCLUI-SE QUE OCORREU VÍCIO MATERIAL DO LANÇAMENTO. LANÇAMENTO IMPROCEDENTE. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: 23.787/21/1ª

(...)

MERCADORIA – SAÍDA DESACOBERTADA - OMISSÃO DE RECEITA - CARTÃO DE CRÉDITO E/OU DÉBITO. CONSTATADA A SAÍDA DE MERCADORIAS DESACOBERTADAS DE DOCUMENTAÇÃO FISCAL, APURADA MEDIANTE CONFRONTO ENTRE AS VENDAS DECLARADAS PELA AUTUADA À FISCALIZAÇÃO NA DECLARAÇÃO DE APURAÇÃO E INFORMAÇÃO DE ICMS – DAPI E OS VALORES CONSTANTES EM EXTRATOS FORNECIDOS PELAS ADMINISTRADORAS DE CARTÕES DE CRÉDITO E/OU DÉBITO. PROCEDIMENTO CONSIDERADO TECNICAMENTE IDÔNEO, NOS TERMOS DO ART. 194, INCISOS I E VII DO RICMS/02. INFRAÇÃO CARACTERIZADA. CRÉDITO TRIBUTÁRIO REFORMULADO PELA FISCALIZAÇÃO. CORRETAS AS EXIGÊNCIAS REMANESCENTES DE ICMS, MULTA DE REVALIDAÇÃO CAPITULADA NO ART. 56, INCISO II DA LEI Nº 6.763/75 E MULTA ISOLADA PREVISTA NO ART. 55, INCISO II, ADEQUADA NOS TERMOS DO INCISO I, § 2º DO ART. 55 DA MENCIONADA LEI. LANÇAMENTO PARCIALMENTE PROCEDENTE. DECISÃO UNÂNIME.

(...)

COMO A REFERIDA ALTERAÇÃO LEGISLATIVA RESULTA MAIS FAVORÁVEL AOS IMPUGNANTES, E NÃO EXIGE QUALQUER

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CONDICIONANTE, NECESSÁRIA SE TORNA A APLICAÇÃO DA ALÍNEA “C”, DO INCISO II, DO ART. 106 DO CTN.

REITERA-SE, POR OPORTUNO, QUE A FISCALIZAÇÃO EMITIU O TERMO DE REFORMULAÇÃO DO LANÇAMENTO DE FLS. 254, PARA ALTERAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO EM RAZÃO DA APLICAÇÃO DA RETROATIVIDADE

(...)

Sustentam que os acórdãos paradigmas citados demonstram claramente que esse Conselho de Contribuintes já decidiu noutros julgamentos acatando o disposto no art. 106, inciso II, alínea “a” do CTN, a mesma tese já defendida pelos Recorrentes, ou seja, a alteração de legislação mais benéfica à Autuada.

Dizem que na opção do modelo de tributação do ICMS, nas saídas de produtos comestíveis ‘in natura’ resultantes do abate de bovinos e destinados ao consumo humano, é dispensada a concessão de Regime Especial de Tributação, pois ela poderia optar entre a redução da base de cálculo ou o crédito presumido, sendo escolhida a segunda hipótese.

Acrescentam que deve ser observado que a exigência da comunicação à Administração Fazendária da opção da apuração do ICMS é mera formalidade, que hipótese alguma poderia interferir ou determinar a mudança no método de apuração do imposto, pois fere a legislação que a utilização do crédito presumido para a apuração do ICMS devido.

Informam que o atual Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, na regulamentação da opção de contribuinte pelo Crédito Presumido, em seus arts. 45 a 47, não faz exigência quanto a necessidade da comunicação do optante, em obediência ao disposto no já citado Convênio Confaz 190/2017.

Argumentam assim, que, se o Convênio Confaz 190/17 e o Decreto 47.394/18 que o aprovou e o atual RICMS/23 não criaram a obrigação da comunicação ao Fisco do contribuinte optante pelo Crédito Presumido, deve ser entendido que a mesma é desnecessária. Ou seja, o inciso I, § 2º, art. 75, do RICMS/02, vigente na data da ocorrência dos fatos autuados, estava irregular, por extrapolar o poder de regulamentar.

Destacam que o disposto no art. 106, inciso II, alíneas “a” e “b”, do CTN, autoriza a aplicação retroativa em situações nele previstas.

Mencionam também o fato de inexistir penalidade prevista pelo descumprimento da entrega do comunicado da opção pelo crédito presumido, concluindo que não é, então, uma obrigação.

Como se verifica, o objeto de divergência jurisprudencial trazido pelos Recorrentes, relativo às decisões retro, diz respeito à divergência quanto à aplicação do art. 106, II do CTN, que estabelece a retroatividade benigna.

Contudo, após análise dos autos e inteiro teor dos acórdãos indicados como divergentes, não se verifica a divergência alegada.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Verifica-se que a retroatividade benigna da norma tributária, indicada no acórdão paradigma nº 22.072/19/2ª, foi efetivada pelo Fisco no que se refere à nova limitação da Multa Isolada (obrigação acessória) prevista no art. 54, inciso VI, da Lei nº 6.763/75, com efeitos após o período atuado, conforme redação a seguir reproduzida:

ACÓRDÃO Nº 22.072/19/2ª (DECISÃO PARADIGMA)

(...)

POSTERIORMENTE, A FISCALIZAÇÃO LAVRA O TERMO DE RERRATIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO DE FLS. 388, REFORMULANDO O CRÉDITO TRIBUTÁRIO, ANUNCIANDO QUE:

“A reformulação decorreu do acatamento parcial das alegações do Contribuinte referentes à retroatividade benigna da norma tributária, pois, a nova limitação prevista no artigo 54, VI da Lei 6763/75, alterada em 30/06/2017 pela Lei 22.549, com efeitos a partir de 01/07/2017, é mais favorável à impugnante. Além disso, foram reconsiderados os valores exigidos levando-se em consideração o Regime Especial PTA nº 16.000451554-25 que vigeu até 30/06/2013, razões pelas quais justificaram a reformulação do crédito tributário” (Grifou-se)

(...)(DESTACOU-SE)

Da mesma forma, verifica-se no Acórdão indicado como paradigma nº 23.787/21/1ª, que a retroatividade benigna da norma tributária foi efetivada pelo Fisco no que se refere à nova limitação da Multa Isolada (obrigação acessória):

ACÓRDÃO INDICADO COMO PARADIGMA DE Nº 23.787/21/1ª

CABE MENCIONAR, AINDA, QUE O ART. 19 DA LEI Nº 22.796/17 ALTEROU O § 2º, INCISO I DO ART. 55 DA LEI Nº 6.763/75. CONFIRA-SE:

LEI Nº 22.796/17

ART. 19 -OS INCISOS I E II DO § 2º DO ART. 55 DA LEI Nº 6.763, DE 1975, PASSAM A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO: ART. 55 –

(...)

§ 2º - (...)

I - FICAM LIMITADAS A DUAS VEZES O VALOR DO IMPOSTO INCIDENTE NA OPERAÇÃO OU PRESTAÇÃO; (GRIFOU-SE).

COMO A REFERIDA ALTERAÇÃO LEGISLATIVA RESULTA MAIS FAVORÁVEL AOS IMPUGNANTES, E NÃO EXIGE QUALQUER CONDICIONANTE, NECESSÁRIA SE TORNA A APLICAÇÃO DA ALÍNEA “C”, DO INCISO II, DO ART. 106 DO CTN.

REITERA-SE, POR OPORTUNO, QUE A FISCALIZAÇÃO EMITIU O TERMO DE REFORMULAÇÃO DO LANÇAMENTO DE FLS. 254, PARA ALTERAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO EM RAZÃO DA APLICAÇÃO DA RETROATIVIDADE MAIS BENÉFICA, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO SUPRATRASCITA, APLICANDO O LIMITADOR PREVISTO NO ART. 55, § 2º, INCISO I DA LEI Nº 6.763/75, E ACOSTOU AOS AUTOS OS DEMONSTRATIVOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO REFORMULADO ÀS FLS. 256. (GRIFOU-SE)

Nota-se, então, que não foi por iniciativa da Câmara de Julgamento, a retroatividade da norma tributária registrada nos acórdãos paradigmas retro, beneficiando o contribuinte. Foi aplicada pelo Fisco em cumprimento ao disposto no art. 106, inciso II, alínea “c”, do Código Tributário Nacional - CTN, tendo em vista que a legislação passou a cominar penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da prática da infração, tratando-se, portanto, de atenuação de multa por descumprimento de obrigação acessória.

Dessa forma, observando as decisões apontadas como paradigmas (Acórdãos nºs 22.072/19/2ª e 23.787/21/1ª), verifica-se que não houve tomada de decisão pela Câmara de Julgamento em relação à retroação benéfica da multa isolada.

Vale lembrar que essa espécie de Recurso de Revisão tem como pressuposto de cabimento a existência de decisões divergentes.

Assim, em relação à redução da citada penalidade isolada, não há como analisar possível divergência entre decisões das diversas Câmaras deste Conselho de Contribuintes quanto à aplicação da legislação tributária.

No tocante ao Acórdão indicado como paradigma de nº 24.690/23/3ª, tendo em vista a alteração legislativa que excluiu a majoração da Penalidade Isolada em razão da reincidência e também trouxe nova limitação, mais benéfica, da Multa Isolada (obrigação acessória), foi a 3ª Câmara de Julgamento que, em cumprimento ao disposto no art. 106, inciso II, alínea “c”, do CTN, decidiu pela atenuação da multa exigida por descumprimento de obrigação acessória.

No entanto, verifica-se que, no processo relativo ao acórdão recorrido, não consta qualquer discussão de atenuação de penalidade por descumprimento de obrigação acessória.

O que a decisão recorrida menciona é o pedido da Contribuinte para ser aplicado o disposto no inciso II do art. 106 do CTN em relação à comunicação da opção da apuração do ICMS devido com a utilização do “Crédito Presumido” que passou a não ser exigida pelo RICMS/23, idêntico argumento deste Recurso de Revisão. E,

ACÓRDÃO RECORRIDO

REQUEREM QUE SEJA APLICADO AO PRESENTE CASO O DISPOSTO NO ART. 106, INCISO II, ALÍNEAS “A” E “B”, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL – CTN, (...).

ADUZEM QUE O RICMS/23 DEIXOU DE EXIGIR A COMUNICAÇÃO DA OPÇÃO DA APURAÇÃO DO ICMS DEVIDO COM A UTILIZAÇÃO DO “CRÉDITO PRESUMIDO”, (...).

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

REAFIRMAM QUE OS VALORES LANÇADOS A TÍTULO DE CRÉDITO DO ICMS, NO PERÍODO DE 07/2020 A 02/2021, NO CAMPO 071 DA DAPI, E NO PERÍODO DE 03/2021 A 12/2022 (EXCETO NO MÊS 12/2021), NO CAMPO 067 DA DAPI, TEM A MESMA ORIGEM, OU SEJA, CRÉDITO PRESUMIDO PREVISTO NO ART. 75 DO RICMS/02, E QUE O FATO DE NÃO TER COMUNICADO AO FISCO NÃO SERIA RAZÃO PARA TAL CRÉDITO SER ESTORNADO E MODIFICADO.

OS IMPUGNANTES OBSERVAM QUE NÃO HÁ PENALIDADE ESPECÍFICA PARA O DESCUMPRIMENTO DA ENTREGA DO COMUNICADO DA OPÇÃO PELO CRÉDITO PRESUMIDO, CONCLUINDO ASSIM QUE TAL ENTREGA NÃO SERIA UMA OBRIGAÇÃO.

ENTRETANTO, TAIS ARGUMENTOS NÃO MERECEM PROSPERAR.

INSTA TRAZER O DISPOSTO NO ART. 75 DA PARTE GERAL DO RICMS/02, VIGENTE À ÉPOCA DOS FATOS GERADORES EM DISCUSSÃO, SOBRE A ADOÇÃO DA APURAÇÃO DO IMPOSTO, POR MEIO DA SISTEMÁTICA DE CRÉDITO PRESUMIDO:

(...)

DEPREENDE-SE DO DISPOSTO SUPRA TRANSCRITO QUE A LEGISLAÇÃO AUTORIZA AO CONTRIBUINTE A UTILIZAÇÃO DE UM CRÉDITO PRESUMIDO TAL, QUE A CARGA TRIBUTÁRIA RESULTE EM 0,1% (UM DÉCIMO POR CENTO). O INCISO I DO § 2º DO ART. 75 DO RICMS/02 EXIGE QUE, PARA A UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO PRESUMIDO, O CONTRIBUINTE DEVERÁ REGISTRAR NO LIVRO REGISTRO DE UTILIZAÇÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS E TERMOS DE OCORRÊNCIAS (RUDFTO) E COMUNICAR À REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA A QUE ESTIVER CIRCUNSCRITO A OPÇÃO, VEDANDO AO FINAL O APROVEITAMENTO DE QUAISQUER OUTROS CRÉDITOS, INCLUSIVE AQUELES JÁ ESCRITURADOS NOS LIVROS FISCAIS. É AINDA, DE ACORDO COM O INCISO II, TAL OPÇÃO DEVERÁ SER MANTIDA POR PELO MENOS 12 (DOZE MESES).

PORTANTO, NÃO SE PODE ALEGAR QUE É MERA FORMALIDADE, MAS EXIGÊNCIA EXPRESSAMENTE PREVISTA NO REGULAMENTO DO ICMS.

CABE DESTACAR QUE LANÇAMENTO SE REPORTA À DATA DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR DA OBRIGAÇÃO E REGE-SE PELA LEI ENTÃO VIGENTE, AINDA QUE A LEI SEJA POSTERIORMENTE MODIFICADA OU REVOGADA, COMO ESTABELECE O ART. 144 DO CTN:

(...)

DESTAQUE-SE QUE A REGRA CONTIDA NO ART. 45 E ANEXO IV (ITEM “2” E “2.4”) DO RICMS/23, NÃO TEM EFEITOS RETROATIVOS, POIS A NOVA REDAÇÃO NÃO SE REFERE NOVOS CRITÉRIOS DE APURAÇÃO OU PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO, OU AMPLIAÇÃO DE PODERES DE INVESTIGAÇÃO DAS AUTORIDADES ADMINISTRATIVAS, OU, AINDA, TENHA OUTORGADO AO CRÉDITO

MAIORES GARANTIAS OU PRIVILÉGIOS, COMO PREVISTO NO § 1º DO ART. 144 DO CTN.

PORTANTO, A REGRA QUE SE APLICA AO CASO É A DO INCISO I DO § 2º DO ART. 75 DO RICMS/02 (...)

RESSALTE-SE QUE, EM QUE PESE A ALEGAÇÃO DA DEFESA DE QUE O ATUAL RICMS/23, QUANDO DA REGULAMENTAÇÃO DA OPÇÃO DE CONTRIBUINTE PELO CRÉDITO PRESUMIDO, EM SEUS ARTS. 45 A 47, NÃO FEZ EXIGÊNCIA QUANTO A NECESSIDADE DE COMUNICAÇÃO A ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA DE TAL OPÇÃO, VERIFICA-SE QUE A LEI NÃO SOFREU ALTERAÇÃO, MAS APENAS O DECRETO QUE A REGULAMENTA, NO CASO, O RICMS/23, VIGENTE A PARTIR DE 01/07/23. PORTANTO, NÃO SE APLICA AOS FATOS ORA DISCUTIDOS.

TAMPOUCO SE APLICA AO CASO O DISPOSTO NO ART. 106, INCISO II DO CTN, COMO REQUERIDO PELA IMPUGNANTE.

CTN

ART. 106. A LEI APLICA-SE A ATO OU FATO PRETÉRITO:

(...)

II - TRATANDO-SE DE ATO NÃO DEFINITIVAMENTE JULGADO:

A) QUANDO DEIXE DE DEFINI-LO COMO INFRAÇÃO;

B) QUANDO DEIXE DE TRATÁ-LO COMO CONTRÁRIO A QUALQUER EXIGÊNCIA DE AÇÃO OU OMISSÃO, DESDE QUE NÃO TENHA SIDO FRAUDULENTO E NÃO TENHA IMPLICADO EM FALTA DE PAGAMENTO DE TRIBUTOS;

C) QUANDO LHE COMINE PENALIDADE MENOS SEVERA QUE A PREVISTA NA LEI VIGENTE AO TEMPO DA SUA PRÁTICA.

(...)

(GRIFOU-SE)

NO CASO, A EXIGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO AO FISCO, ESTABELECIDADA NO § 2º DO ART. 75 DO RICMS/02, NÃO ERA TRATADA COMO INFRAÇÃO, MAS COMO CONDIÇÃO PARA FRUIÇÃO DO BENEFÍCIO. A INFRAÇÃO, ORA DISCUTIDA, DECORREU DO APROVEITAMENTO INDEVIDO DO CRÉDITO POR DESCUMPRIMENTO DA CONDIÇÃO ESTABELECIDADA NO RICMS/02, TENDO, RESULTADO EM FALTA DE PAGAMENTO DO TRIBUTOS.

DESTACA O FISCO, CONCORDANDO COM A DEFESA QUE, DE FATO, NÃO EXISTE UMA PENALIDADE ESPECÍFICA PELA FALTA DE COMUNICAÇÃO, SENDO QUE APENAS QUEM DESEJA OPTAR PELA APURAÇÃO PELO "CRÉDITO PRESUMIDO" DEVE REALIZÁ-LA E, SE O CONTRIBUINTE ASSIM NÃO PROCEDER (FORMALIZAR), CONTINUARÁ SENDO REGIDO PELA REGRA GERAL DE APURAÇÃO DO ICMS, NÃO TENDO QUE SE FALAR EM PENALIDADE PELA FALTA DE COMUNICAÇÃO EM ALGO QUE ERA "FACULTATIVO" OPTAR OU NÃO PELO BENEFÍCIO FISCAL.

(...)(GRIFOU-SE).

Conforme se verifica no acórdão recorrido, a alteração legislativa reportada pela Impugnante, relativa aos arts. 45 a 47 do RICMS/23, não se configura em “*cominação de penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo de sua prática*”, que se refere à hipótese prevista no art. 106, inciso II, alínea “c”, do CTN que fundamentou a decisão indicada como paradigma de nº 24.690/23/3ª em análise.

Não se verifica, então, qualquer similaridade entre os lançamentos, fato que impossibilita aferir se as Câmaras de julgamento decidiram de forma divergente em relação à mesma matéria.

Portanto, constata-se não assistir razão à Recorrente, pois a decisão apontada como paradigma, proferida no Acórdão de nº 24.690/23/3ª, não se revela divergente da decisão recorrida quanto à aplicação da legislação tributária, uma vez que as decisões confrontadas foram distintas por estarem baseadas em aspectos fático-probatórios e casos concretos também distintos.

Acórdãos indicados como paradigmas de nºs 24.649/24/1ª, 24.805/24/3ª e 24.806/24/3ª.

Alegam ainda os Recorrentes que a inclusão do sócio-administrador e do dito ‘sócio oculto’ no polo passivo da obrigação tributária deu-se de forma errônea, trazendo os acórdãos indicados para paradigmas, a seguir mencionados, com intuito de demonstrar que as Câmaras de Julgamento do Conselho de Contribuintes têm decidido de forma diferente em julgamentos de matérias semelhantes:

ACORDÃO Nº 24.649/24/1ª

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA – SÓCIO – ELEIÇÃO ERRÔNEA. INCLUSÃO DOS SÓCIOS-ADMINISTRADORES NO POLO PASSIVO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA COMO COOBRIGADOS, COM FULCRO NO ART. 135, INCISO III DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL – CTN, ART. 21, § 2º, INCISO II DA LEI Nº 6.763/75, ART. 89, PARÁGRAFO ÚNICO DO RPTA E ART. 1º C/C ITEM 1.11.3 DO ANEXO ÚNICO DA PORTARIA Nº 148/15. CRÉDITO TRIBUTÁRIO REFORMULADO PELA FISCALIZAÇÃO COM A EXCLUSÃO DOS COOBRIGADOS. (GRIFOS APOSTOS PELA RECORRENTE).

ACÓRDÃO Nº 24.805/24/3ª

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA – SÓCIO – COMPROVAÇÃO DO PODER DE GERÊNCIA - CORRETA ELEIÇÃO. ... RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA – ADMINISTRADOR/MANDATÁRIO – ELEIÇÃO ERRÔNEA. CONSTATADA A INCLUSÃO ERRÔNEA DO PROCURADOR, NA CONDIÇÃO DE COOBRIGADO/ADMINISTRADOR, UMA VEZ QUE NÃO HÁ ELEMENTOS NOS AUTOS QUE COMPROVE SEU PODER DE GERÊNCIA. EXCLUI-SE, PORTANTO, O PROCURADOR DO POLO PASSIVO DA PRESENTE OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.

MERCADORIA - SAÍDA DESACOBERTADA - CONCLUSÃO FISCAL. ... LANÇAMENTO PARCIALMENTE PROCEDENTE. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO Nº 24.806/24/3ª

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA – ADMINISTRADOR/MANDATÁRIO – ELEIÇÃO ERRÔNEA. CONSTATADA A INCLUSÃO ERRÔNEA DO PROCURADOR, NA CONDIÇÃO DE COOBRIGADO/ADMINISTRADOR, UMA VEZ QUE NÃO HÁ ELEMENTOS NOS AUTOS QUE COMPROVE SEU PODER DE GERÊNCIA. EXCLUI-SE, PORTANTO, O PROCURADOR DO POLO PASSIVO DA PRESENTE OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.

MERCADORIA - SAÍDA DESACOBERTADA - CONCLUSÃO FISCAL. ... LANÇAMENTO PARCIALMENTE PROCEDENTE. DECISÃO UNÂNIME.

Relatam que a inclusão do sócio-administrador Sr. Lucas Rodrigues da Cunha no polo passivo da obrigação tributária, com fulcro art. 21, § 2º, inciso II da Lei nº 6.763/75, c/c o art. 135, inciso III do CTN, não poderia ter ocorrido, por débito inexistente.

Defendem que o sócio-administrador não teve interesse e tampouco em momento algum se beneficiou com a apuração do ICMS com a utilização do crédito presumido e o Fisco não ousou provar que o mesmo obteve quaisquer vantagens financeiras com a manutenção do método de apuração.

Quanto à inclusão do Sr. Túlio Rodrigues da Cunha no polo passivo da obrigação tributária, nos termos do art. 21, inciso XII da Lei nº 6.763/75, dizem que ele jamais fez ou faz parte do quadro societário do contribuinte.

Asseveram que o fato do mesmo ser comprador de gado em pé ou gado vivo, e também em alguns negócios como vendedor, não é passível a conclusão que é sócio e que auferiu lucros da empresa.

Destacam que o Conselho de Contribuintes de M, tem constantemente decidido pela exclusão de coobrigados erroneamente eleitos.

Falam que no primeiro Acórdão paradigma pode ser observado a exclusão de sócio-administrador, cuja inclusão havia ocorrido com aplicação dos mesmos dispositivos legais utilizados no Acórdão ora recorrido.

Argumentam que nos demais Acórdãos paradigmas, foi excluído procurador do polo passivo da obrigação tributária por não ter poder de gerência, então, deve ser excluído o dito 'sócio oculto' porque não restou provado pelo Fisco sua participação na gestão dos negócios da Recorrente e tampouco tinha procuração ou auferia vantagens.

Concluem dizendo que as Câmaras que compõe este Conselho de Contribuintes têm decido diferentemente com base na mesma legislação, matérias iguais.

No entanto, após análise dos autos e do inteiro teor dos acórdãos indicados como paradigmas, **verifica-se não assistir razão aos Recorrentes**, uma vez **não** caracterizada a alegada divergência jurisprudencial.

No tocante à fala dos Recorrentes de que “no primeiro Acórdão paradigma pode ser observado a exclusão de sócio-administrador, cuja inclusão havia ocorrido com aplicação dos mesmos dispositivos legais utilizados no Acórdão ora recorrido”, observa-se que tal fala refere-se ao Acórdão indicado como paradigma de nº 5.948/25/CE

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

23.449/23/2ª, em relação ao qual ficou prejudicada a análise para fins de cabimento do presente recurso, pois reformado (Acórdão nº 5.745/23/CE) no aspecto abordado no recurso, conforme já registrado alhures.

No que se refere ao Acórdão indicado como paradigma de nº 24.649/24/1ª, verifica-se, da própria ementa citada, que não houve tomada de decisão pela Câmara de Julgamento em relação à exclusão do sócio-administrador do polo passivo da obrigação tributária. Tal exclusão foi objeto de reformulação do lançamento pelo Fisco.

Desta forma, em relação à referida exclusão, não há como analisar possível divergência entre decisões das diversas Câmaras do Conselho de Contribuintes quanto à aplicação da legislação tributária.

Quanto aos Acórdãos indicados como paradigmas de nºs 24.805/24/3ª e 24.806/24/3ª, os quais versam sobre mesma irregularidade e tem mesma Sujeição Passiva, constata-se que a exclusão do Coobrigado deu-se considerando que a Procuração, única motivação apresentada nos autos pelo Fisco para inclusão dele no polo passivo da obrigação tributária como Coobrigado/Administrador, concedia a ele poderes **limitados** à prática de atos de alterações contratuais, perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG, portanto, não concedia a ele amplos poderes de administração/gestão dos negócios sociais da empresa autuada.

Assim, a responsabilidade tributária atribuída ao referido não se encontrava fundamentada/demonstrada nos autos. Confira-se os fundamentos da exclusão do Coobrigado:

ACÓRDÃO Nº 24.805/24/3ª

NO TOCANTE À SUJEIÇÃO PASSIVA, O IMPUGNANTE/COBRIGADO, SR. VALDECI DONIZETTI FARIA, ALEGA QUE É "PESSOA FÍSICA, CONTADOR DA EMPRESA DE VENDA DE ROUPAS INTIMAS AUTUADA, SENDO CARACTERIZADO DE FORMA EQUIVOCADA COMO ADMINISTRADOR DA EMPRESA NO AUTO DE INFRAÇÃO ORA IMPUGNADO".

(...)

O FISCO, POR SEU TURNO, REGISTRA, EM SUA MANIFESTAÇÃO FISCAL, QUE "A RESPONSABILIDADE DOS MANDATÁRIOS FUNDAMENTA-SE PELO INCISO II DO ARTIGO 135 DO CTN, C/C INCISO I DO § 2º DO ARTIGO 21 DA LEI Nº 6.763/75".

AFIRMA, TAMBÉM, QUE "A RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DO MANDATÁRIO RESTOU CARACTERIZADA DOCUMENTALMENTE PELA PROCURAÇÃO Nº 6542309, ONDE CONSTA COMO PROCURADOR O SR. VALDECI DONIZETTI FARIA".

SENDO ASSIM, CONCLUI-SE QUE A INCLUSÃO DO SR. VALDECI DONIZETTI FARIA NO POLO PASSIVO DA PRESENTE OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA, NA CONDIÇÃO DE COBRIGADO/**ADMINISTRADOR**, SE DEU EM RAZÃO DA EXISTÊNCIA DA PROCURAÇÃO Nº 6542309, NA QUAL ELE É CITADO COMO PROCURADOR (VIDE DOCUMENTAÇÃO CONSTANTE ÀS PÁGS. 133/137 DOS AUTOS – ANEXO 8 DO AUTO DE INFRAÇÃO)

ANALISANDO REFERIDA PROCURAÇÃO, VERIFICA-SE QUE, NA VERDADE, ELA CONCEDE AO SR. VALDECI DONIZETTI FARIA, PODERES **LIMITADOS** À PRÁTICA DE ATOS DE ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, EM RELAÇÃO A ALGUNS TÓPICOS ESPECÍFICOS, PERANTE A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS – JUCEMG. CONFIRA-SE:

(...)

OBSERVA-SE, ENTÃO, QUE NÃO SE TRATA DE UM INSTRUMENTO DE MANDATO QUE CONCEDE AO SR. VALDECI DONIZETTI FARIA, AMPLOS PODERES DE ADMINISTRAÇÃO/GESTÃO DOS NEGÓCIOS SOCIAIS DA EMPRESA AUTUADA.

DIANTE DISSO, CONSIDERANDO QUE A PROCURAÇÃO EM ANÁLISE É A ÚNICA MOTIVAÇÃO APRESENTADA NOS AUTOS PELO FISCO PARA INCLUSÃO DO SR. VALDECI DONIZETTI FARIA NO POLO PASSIVO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA COMO COOBRIGADO/ADMINISTRADOR E RESTANDO DEMONSTRADO QUE REFERIDO DOCUMENTO NÃO CONCEDE A ELE AMPLOS PODERES DE ADMINISTRAÇÃO/GESTÃO DOS NEGÓCIOS SOCIAIS DA EMPRESA AUTUADA, RESTA PATENTE QUE A RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DO COOBRIGADO EM QUESTÃO NÃO SE ENCONTRA FUNDAMENTADA/DEMONSTRADA NOS AUTOS.

ASSIM, DEVE SER EXCLUÍDO, DO POLO PASSIVO DA PRESENTE OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA, O SR. VALDECI DONIZETTI FARIA. (GRIFOS ACRESCIDOS)

No caso da decisão recorrida, diferente do que constou nas decisões paradigmas em análise, restou consignado que tanto em relação ao sócio-administrador como em relação ao dito “sócio-oculto” restou devidamente fundamentada a eleição deles para o polo passivo da obrigação tributária. Veja-se:

QUANTO À SUJEIÇÃO PASSIVA, FORAM INCLUÍDOS NO POLO PASSIVO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA O SR. LUCAS RODRIGUES DA CUNHA, O QUAL FIGURA COMO SÓCIO-ADMINISTRADOR NO CONTRATO SOCIAL, BEM COMO O SR. TULIO RODRIGUES DA CUNHA, QUE, SEGUNDO O FISCO, A DESPEITO DE NÃO CONSTAR NO QUADRO SOCIETÁRIO DA EMPRESA AUTUADA, ATUA COTIDIANAMENTE NO AMBIENTE DE NEGÓCIOS DA EMPRESA, CONFORME DECLARAÇÕES DE AMBOS (ANEXOS 12 E 13).

OS IMPUGNANTES ALEGAM QUE (...).

ENTRETANTO, TAIS ARGUMENTOS NÃO AFASTAM A RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS.

CONFORME EXPOSTO, A RESPONSABILIZAÇÃO DO SÓCIO-ADMINISTRADOR E DO SÓCIO DE FATO, DECORRE DO DISPOSTO NO ART. 135, INCISO III DO CTN C/C O ART. 21, INCISO XII E § 2º, INCISO II DA LEI Nº 6.763/75, *IN VERBIS*:

(...)

INSTA TRAZER A FUNDAMENTAÇÃO APRESENTADA PELO FISCO PARA INCLUSÃO DOS REFERIDOS SÓCIOS (DE DIREITO E DE FATO), NO POLO PASSIVO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA:

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O SR. O LUCAS RODRIGUES DA CUNHA, SÓCIO-ADMINISTRADOR, FOI INCLUÍDO NO POLO PASSIVO DA AUTUAÇÃO, EM RAZÃO DO DISPOSTO NO ART. 21, § 2º, INCISO II, DA LEI Nº 6.763/75 C/C O ART. 135, INCISO III, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. RESPONDE, PELOS CRÉDITOS CORRESPONDENTES ÀS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS DECORRENTES DE ATOS PRATICADOS COM EXCESSO DE PODERES OU INFRAÇÃO DE LEI CONTRATO SOCIAL OU ESTATUTOS, POR FORÇA DA LEGISLAÇÃO ACIMA MENCIONADA. CONFIRA-SE:

O QUE CARACTERIZOU A INFRAÇÃO À LEI, PARA O EFEITO DE EXTENSÃO DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA AO REFERIDO COOBRIGADO, NO CASO DESTES PTA, FOI A AÇÃO DE ATRAVÉS DE SEU CONTABILISTA, INSERIR NAS DAPIS DA PESSOA JURÍDICA ONDE É O SOCIO ADMINISTRADOR, VALORES DE CRÉDITOS DE ICMS A “TÍTULO DE CREDITO PRESUMIDO” E “OUTROS CRÉDITOS”, EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA, SUPRIMINDO ASSIM VALORES DE ICMS DEVIDO, CAUSANDO COM TAL AÇÃO PREJUÍZO AOS COFRES PÚBLICOS DE MINAS GERAIS, NOS VALORES CONSTANTES DESTES AUTO DE INFRAÇÃO.

(...)

O SÓCIO DE FATO, SR. TULIO RODRIGUES DA CUNHA, FOI INCLUÍDO NO POLO PASSIVO NOS TERMOS DA LEI 6763/75, QUE ASSIM DETERMINA:

(...)

A DESPEITO DE NÃO CONSTAR NO QUADRO SOCIETÁRIO DA EMPRESA AUTUADA, O ORA COOBRIGADO, QUE É IRMÃO DO SÓCIO ADMINISTRADOR, ATUA COTIDIANAMENTE NO AMBIENTE DE NEGÓCIOS DA EMPRESA, CONFORME DECLARAÇÕES DE AMBOS (VIDE ANEXOS), DAS SEGUINTE MANEIRAS:

- 1) COMPRANDO GADO EM NOME DA EMPRESA AUTUADA;
- 2) FORNECENDO (VENDENDO) GADO NA CONDIÇÃO DE PRODUTOR RURAL PARA EMPRESA AUTUADA, EMITINDO NO PERÍODO DE 02/07/2020 A 31/03/2024 NOTAS FISCAIS DE VENDA DE GADO PARA AUTUADA NO VALOR TOTAL DE (...) (OBS: A EMPRESA NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE PAGAMENTO DAS TRANSAÇÕES);
- 3) VENDENDO CARNE EM NOME DA EMPRESA AUTUADA, PARA O COMERCIO VAREJISTA;

(...).

DESTE MODO, FICOU DEMONSTRADO CLARAMENTE QUE O COOBRIGADO ASSUMIA RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES EM NOME DA EMPRESA AUTUADA, PRATICANDO ATOS DE COMÉRCIO, OU SEJA, COMPRANDO E VENDENDO MERCADORIAS.

ALÉM DO MAIS, O COOBRIGADO, JÁ TEVE EM SEU NOME, EMPRESA COM NOME, ENDEREÇO COMERCIAL E FINALIDADE IDÊNTICA AO DA AUTUADA, DEMONSTRANDO ASSIM, QUE O MESMO DEU BAIXA EM SEU ANTIGO CNPJ (...), E EM CONJUNTO

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COM SEU SÓCIO/IRMÃO DEU CONTINUIDADE EM SUA EMPRESA, SOB UM NOVO NÚMERO DE CNPJ E DE MANEIRA DOLOSA NÃO INFORMOU NESTE NOVO CADASTRO SUA CONDIÇÃO DE SOCIO ADMINISTRADOR.

(...)

IMPORTANTE RESSALTAR QUE A EMPRESA AUTUADA (VIDE ANEXO 1 DO AIAF10.000049274.24), FOI INTIMADA A COMPROVAR DE MANEIRA INEQUÍVOCA OS PAGAMENTOS FEITOS AO REFERIDO COBRIGADO, EM VIRTUDE DE QUE, NO PERÍODO DE 08/07/2020 A 27/03/2024, HOVE ENTRADAS DE MERCADORIAS ADQUIRIDAS DO MESMO, ATRAVÉS DO CPF:766.256.486-04 (PRODUTOR RURAL – TULIO RODRIGUES DA CUNHA), (...)

(...)

A EMPRESA AUTUADA, CONTRARIANDO AS DISPOSIÇÕES LEGAIS DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MINEIRA, NÃO ATENDEU AO FISCO A TAL REQUERIMENTO, LEVANDO-SE À CONCLUSÃO DE HAVER NESTE CASO, UMA CONFUSÃO PATRIMONIAL ENTRE A AUTUADA E O SR. TULIO RODRIGUES DA CUNHA, POIS O MESMO ENVIU MERCADORIA DE SUA PROPRIEDADE PARA EMPRESA AUTUADA, CONFORME DOCUMENTOS FISCAIS, E AGREGOU TAIS MERCADORIAS AO PATRIMÔNIO DA EMPRESA AUTUADA, AGLUTINANDO-SE OS PATRIMÔNIOS DE AMBOS, POIS AS IMPUGNAÇÕES (DA EMPRESA, DO SR. TULIO E DO SR. LUCAS) NÃO TROUXERAM PROVAS AOS AUTOS DE QUE TAIS VALORES FINANCEIROS FORAM TRANSACIONADOS ENTRE AS PARTES, OU QUE O CREDOR (TULIO) TENHA COBRADO FORMALMENTE TAL CRÉDITO PELAS VIAS LEGAIS.

(...)

(GRIFOU-SE)

DIANTE DO EXPOSTO, CORRETA A CONCLUSÃO FISCAL QUANTO À RESPONSABILIDADE DO SR. TÚLIO, UMA VEZ QUE ATUA COM PODERES DE GESTÃO NA EMPRESA AUTUADA, JUNTAMENTE COMO O SÓCIO-ADMINISTRADOR SR. LUCAS, PORTANTO, RESPONDE PELOS CRÉDITOS DECORRENTES DE ATOS PRATICADOS EM DESOBEDIÊNCIA À LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA, RESULTANDO NO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES RELATIVAS AO ICMS. (GRIFOS ACRESCIDOS).

Verifica-se, portanto, em relação ao sócio-administardor, que as decisões são convergentes, pois expressam o entendimento de que, o mero inadimplemento do tributo não permite a inclusão dos sócios-administradores como responsáveis solidários, e sim a prática de qualquer ato doloso ou com excesso de poder ou infração de lei, contrato social ou estatuto, que deve estar devidamente comprovado nos autos.

Reitere-se, nesse sentido, que a decisão recorrida destacou que “não foi o simples inadimplemento da obrigação tributária que caracterizou a infração à lei, para o efeito de extensão da responsabilidade tributária ao referida Coobrigado, e sim a ação ou omissão que causou prejuízo à Fazenda Pública mineira, quando promoveu o

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

aproveitamento indevido de créditos presumidos do imposto em desacordo com a legislação tributária. Portanto, em infração à lei.”.

Quanto a responsabilidade do Sr. Túlio restou consignado no acórdão recorrido ele atuava com poderes de gestão na empresa autuada, juntamente como o sócio-administrador, tinha poder de comando sobre toda e qualquer operação praticada pela empresa respondendo pelos créditos decorrentes de atos praticados em desobediência à legislação tributária, resultando no descumprimento das obrigações relativas ao ICMS.

Assim, como já afirmado, não se trata de divergência jurisprudencial e sim de decisões distintas, em função da presença ou ausência de provas em cada processo, que possam respaldar a solidariedade tributária atribuída às pessoas arroladas na sujeição passiva dos respectivos lançamentos

No caso em tela, o pressuposto para reapreciação do julgamento é a caracterização de divergência entre a decisão recorrida e a paradigma quanto à aplicação da legislação tributária, o que os Récorrentes não lograram êxito em comprovar.

Diante do exposto, reputa-se não atendida a segunda condição prevista no inciso II do art. 163 do RPTA (divergência jurisprudencial), frustrando a exigência de preenchimento cumulativo das condições estabelecidas no referido regulamento.

Por consequência, não se encontram configurados os pressupostos para admissibilidade dos Recursos de Revisão interpostos pela Autuada e Coobrigados.

Diante do exposto, ACORDA a Câmara Especial do CCMG, em preliminar, à unanimidade, em não conhecer do Recurso de Revisão, por ausência de pressupostos legais de cabimento, nos termos do parecer da Assessoria do CCMG. Pela Fazenda Pública Estadual, sustentou oralmente o Dr. Rafael Simião Marques Pereira. Participaram do julgamento, além dos signatários, os Conselheiros Cássia Adriana de Lima Rodrigues (Revisora), Antônio César Ribeiro, Cindy Andrade Morais e Gislana da Silva Carlos.

Sala das Sessões, 23 de maio de 2025.

Ivana Maria de Almeida
Relatora

Geraldo da Silva Datas
Presidente

P